

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

Tem-se afirmado que o governo federal nada pode fazer no clamoroso caso de Alagoas. Não me parece fundada a alegação. Poder, poderia, se o quisesse. Lá está na Constituição, nesta mísera Constituição que somente se invoca em favor dos poderosos e nunca contra eles, lá está o inciso IV do artigo 7.º: "O governo federal não intervirá nos Estados, salvo para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes estaduais". Ora, tanto o Poder Legislativo, como o Judiciário têm estado seriamente ameaçados em Alagoas, sem que nunca ao sr. presidente da República tivesse ocorrido a idéia de intervir ali, a não ser para conseguir que ameaçados e perseguidos se resignassem à sua triste situação.

Convenho, porém, em que a intervenção é sempre coisa delicada e concedo seja, no caso, constitucionalmente difícil. Mas há sempre, além dos remédios legais, os recursos políticos, mediante os quais o governo federal pode manifestar claramente a sua desaprovação e forçar, até, o governo estadual a mudar de orientação. Não desconhece tais processos o sr. presidente da República, pois deles tem usado e abusado em outros Estados. Pois aqui está, justamente, a sua responsabilidade máxima: apesar de proclamar o seu pesar pela situação criada em Alagoas, nada fez ele por derimi-la, não utilizou realmente, para a resolver, nenhum dos formidáveis recursos políticos que o regime lhe pôs nas mãos. Em verdade, sua excelência tem sido cúmplice dos desatinos do sr. Silvestre Péricles; cúmplice por inação, se quizerem, mas cúmplice.

Quem explicará tal aberração? B' muito simples: a República brasileira continua sendo a República de amigos e compadres, que sempre foi. E o sr. general Góis Monteiro é um grande e prestimoso amigo.